



BEIRA - CLIVAGENS PARTIDÁRIAS E ABSTENÇÃO ELEITORAL


 REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
 COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES
 EDITAL CONTAGEM DE VOTANTES E DOS BOLETINS DE VOTO
 DATA 15/10/2014


 ECON0303471-(8)






PROVÍNCIA NAMPULA DISTRITO/CIDADE MURRUPLA
 LOCALIDADE MURRUPLA LOCAL EPC - MULHO



Código da Assembleia de Voto (N.º do Caderno Principal) 03128102
 N.º dos Cadernos Complementares ---


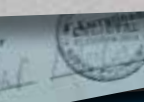
ELEIÇÕES GERAIS E DAS ASSEMBLEIAS PROVINCIAIS

	PR	AR	AP
Número de Votantes	320	320	320
Número de Votos na Urna	320	320	320

Assinatura dos Membros da Mesa e Carimbo

BEIRA – CLIVAGENS PARTIDÁRIAS E ABSTENÇÃO ELEITORAL

Autor

Salvador Forquilha

Projecto “O Eleitor Evanescente: Análise da participação/abstenção eleitoral em Moçambique”,
financiado pelo DFID

Relatório de Investigação nº4

Maputo 2017



Título

Beira – Clivagens Partidárias e Abstenção Eleitoral

Autor

Salvador Forquilha

Copyright © IESE, 2017

ISBN: 978-989-8464-32-2

Número de registo: 8683/RLINLD/2016

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)

Av. Tomás Nduda 1375 Maputo, Moçambique

Telefone: + 258 21 486043

Email: iese@iese.ac.mz

Website: www.iese.ac.mz

É proibida a reprodução, total ou parcial, desta publicação para fins comerciais.

Maputo, Fevereiro 2017



BEIRA

Imagem de uma discussão num grupo focal de jovens, no bairro de Inhamítua.

Introdução

As clivagens político-partidárias constituem uma variável importante para a análise do fenómeno da abstenção eleitoral, à semelhança do que acontece com os recursos, a motivação instrumental e o efeito das instituições na ida dos eleitores às urnas (Franklin, 2003; Barreto, 2008; Powell, 1986; Jackman, 1987; Lijphart, 1997; Sinnott, 2003). Isso é particularmente importante em contextos como Moçambique, onde essas clivagens marcam profundamente a estruturação do campo político e, de alguma forma, condicionam o curso das operações eleitorais, nomeadamente os processos de recenseamento e de votação.

Com efeito, num contexto de fraca institucionalização da democracia, quanto mais exacerbadas forem as clivagens político-partidárias, maior é o potencial de intolerância e de violência no processo eleitoral e, por via disso, maior é a probabilidade de isso afectar a ida dos eleitores às urnas. No modelo explicativo de Sinnott (2003), que constitui a base de análise da pesquisa – “o eleitor evanescente” – as clivagens político-partidárias podem ser vistas como se situando na dimensão da mobilização institucional, juntamente com aspectos tais como efeitos dos ciclos eleitorais e do sistema eleitoral, campanhas e manifestos dos partidos, etc.

Com enfoque na cidade da Beira, este relatório de pesquisa procura analisar o fenómeno da abstenção eleitoral centrando a atenção na variável mobilização institucional e olhando principalmente para a maneira como as clivagens político-partidárias e o acesso aos serviços básicos e aos recursos afectam a abstenção. Recorrendo a entrevistas semi-estruturadas e discussões em grupos focais,¹ o relatório desenvolve o argumento segundo o qual, as clivagens político-partidárias, cristalizadas em conflitos entre os principais partidos políticos, nomeadamente a Frelimo, a Renamo e o MDM, e as dificuldades de acesso aos serviços básicos e aos recursos constituem factores importantes que afectam o comparecimento dos eleitores às urnas. Isso na medida em que, por um lado, as clivagens político-

partidárias influenciam as operações eleitorais, particularmente os processos de recenseamento e votação, e, por outro lado, as dificuldades de acesso aos serviços básicos e aos recursos alimentam o sentimento de exclusão, que informa a atitude dos eleitores em relação à política e ao voto.

O argumento é desenvolvido em duas partes. Na primeira parte, o relatório analisa o contexto político local olhando para a estruturação do campo político e suas implicações para os processos eleitorais, particularmente no que se refere ao recenseamento, mobilização dos eleitores e votação. Na segunda parte, o relatório explora como é que as clivagens político-partidárias, associadas às dificuldades de acesso aos serviços básicos e aos recursos, condicionam a ida dos eleitores às urnas.

1 A pesquisa foi desenvolvida com base numa metodologia qualitativa, fazendo uso de entrevistas semi-estruturadas, discussões em grupos focais e observação, em cinco postos administrativos, nomeadamente Chiveve (nos bairros da Chipangara e Pioneiros), Munhava (no bairro da Munhava central), Inhamizua (nos bairros da Chamba e da Manga), Manga-Loforte (no bairro do Aeroporto) e Nhangau (nos bairros de Tchonja, Njalane e Nhangoma). Os bairros mencionados foram seleccionados com base na informação que tinha sido recolhida durante a administração do inquérito por questionário, meses antes, abrangendo 1 000 inquiridos, no âmbito da mesma pesquisa. De acordo com essa informação, nas eleições gerais de 2014, tinha havido nesses bairros, particularmente no posto administrativo de Nhangau, pessoas impedidas de se recensear e de votar por razões relacionadas com a sua pertença político-partidária.

Foram realizadas 10 entrevistas semi-estruturadas e discussões em nove grupos focais com cidadãos abstencionistas e não abstencionistas. Das 10 entrevistas, oito foram feitas com cidadãos abstencionistas e duas com cidadãos não abstencionistas. Para a identificação de abstencionistas foi usada a técnica de “bola de neve”. Os grupos focais foram constituídos da seguinte maneira: cinco grupos compostos por homens e mulheres (abstencionistas e não abstencionistas); um grupo composto por homens (líderes comunitários e ex-membros das mesas de voto); três grupos compostos por homens (abstencionistas e não abstencionistas).

O trabalho de campo teve a duração de duas semanas, de 28 de Julho de 2015 a 12 de Agosto de 2015. As entrevistas e as discussões em grupos focais foram feitas em língua portuguesa e, onde foi necessário, nas duas línguas locais, nomeadamente o Ci-sena e o Ci-ndau. Neste último caso, a equipa de pesquisa contou com a tradução feita por um dos seus membros.

SECÇÃO 1

Contexto e estruturação do campo político na Beira

Nas eleições presidenciais e legislativas, a Frelimo nunca conseguiu vencer na cidade da Beira

Considerada a segunda cidade moçambicana, a Beira, desde o momento da independência, sempre teve uma relação tensa e complexa com a Frelimo. Não só, desde cedo, a Beira foi o maior centro de oposição ao partido no poder, mas também foi aí que essa mesma oposição se dividiu de forma significativa, tendo a própria Renamo contribuído em grande medida para a formação do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), que hoje detém o poder municipal.

Embora a Beira possa, de algum modo, ser apontada como uma ilustração prática da convivência democrática entre diferentes forças políticas, na realidade essa convivência passa por períodos de grande tensão, que se reflectem, nomeadamente, no comportamento abstencionista de uma parte dos eleitores locais.

A cidade da Beira localiza-se na parte Leste da província de Sofala e tem como limites o distrito de Dondo a Norte, o Oceano Indico a Sul, o distrito de Dondo e o Oceano Indico a Este e o distrito do Búzi a Oeste. Com uma superfície de 631 Km² e uma população de 456.005 habitantes, a cidade da Beira é a capital provincial de Sofala e o segundo maior centro urbano de Moçambique (INE, 2013).

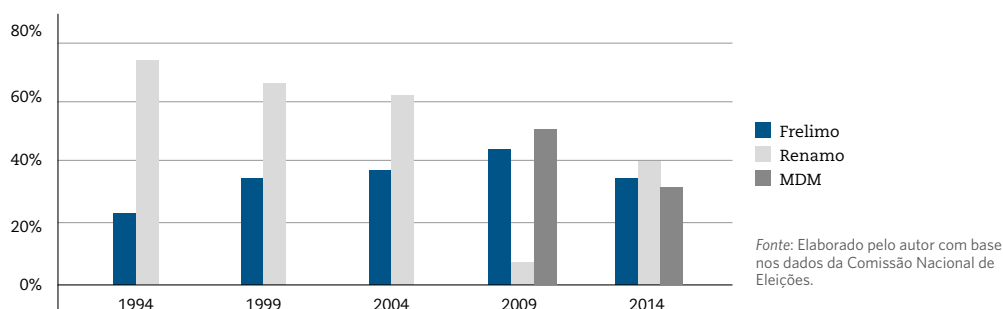
Com uma economia muito ligada ao desenvolvimento do complexo ferro-portuário, a cidade da Beira foi, no tempo colonial, sobretudo a partir dos anos 1960, um local estratégico para a expansão dos planos da economia colonial portuguesa para as regiões centro e norte de Moçambique, cristalizados em projectos ambiciosos tais como a barragem de Cahora Bassa e o complexo ferro-portuário de Nacala (Darch & Hedges, 2013, pp.41-42). Tal como Darch & Hedges sublinham, nos anos 1960, a Beira transformou-se, por um lado, num importante centro da defesa e avanço de grandes projectos económicos e políticos coloniais e, por outro, num centro de apoio às ambições de uma política de “autonomia progressiva” (Darch & Hedges, 2013, p.42).

Palco de uma forte discriminação, cristalizada sobretudo no comércio e no mercado de emprego, resultante de uma hierarquia social baseada na raça, a cidade da Beira testemunhou fortes tensões sociopolíticas nos anos 1960 e na primeira metade dos anos 1970, que, de acordo com Darch & Edges, teve origem em duas fontes importantes: Por um lado, o posicionamento da Igreja Católica local, na pessoa do Bispo D. Sebastião de Resende, que punha em causa os fundamentos socioeconómicos do regime colonial português e, por outro, o grupo político-militar sob a direcção de Jorge Jardim (Darch & Hedges, 2013, p.45). Neste contexto, aos olhos das autoridades coloniais baseadas em Lourenço Marques, a cidade da Beira suscitava uma certa desconfiança. É interessante notar o facto de a Frelimo se ter também mostrado muito desconfiada em relação à Beira, mesmo antes da independência nacional. Com efeito, Samora Machel, no âmbito da sua famosa viagem triunfal “do Rovuma ao Maputo”, discursando na Beira no dia 14 de Junho de 1975, dirigiu-se aos beirenses nos seguintes termos:

“(…) Desde criança, nós conhecemos a Beira, o satélite do apartheid, o satélite da África do Sul, do racismo da Rodésia e da África do Sul. E escolheram durante a guerra como centro, centro de desdobramento das forças reacçãoárias, das forças que agrediam, assassinavam, massacravam, matavam, violavam o povo moçambicano... É por isso, quando houve golpe em Portugal (25 de Abril de 1974), alguns grupos aqui (na Beira) diversificaram as suas organizações em organizações terroristas com o objectivo de dividir e enfraquecer o povo moçambicano. Com o objectivo de combater a FRELIMO, legítimo representante do povo moçambicano. Quantos partidos nasceram aqui na Beira? Quantos? Quantos? Cinco? Só na cidade da Beira? Quantos? Onde estão os seus dirigentes? Onde estão os seus dirigentes? Primeiro quero chamar a atenção a esses fantoches. A esses fantoches. Títeres. Títeres. Vamos-lá. Títeres, são títeres. Não eram eles, eram manejados por alguém. Eram manejados por uma força exterior. Eram encorajados pelos rodesianos a declarar uma segunda Rodésia aqui em Moçambique. Eram encorajados pela República Sul-Africana, porque os racistas são os satélites da República da África do Sul (...)” (Darch & Hedges, 2007, pp. 27-28).

A dinâmica sociopolítica dos anos 1960 acima referida e o surgimento de movimentos políticos tais como o Grupo Unido de Moçambique (GUMO) e o Partido de Coligação Nacional (PCN) na Beira, na véspera da independência nacional, alimentaram e reforçaram a desconfiança da Frelimo em relação à Beira. Trata-se de uma desconfiança que vai perdurar ao longo do tempo e, na realidade, estruturar a relação entre a Frelimo e os beirenses em geral, facto que tem tornado a Beira um terreno politicamente difícil para a Frelimo, tal como se pode constatar a partir do Gráfico 1, que mostra os resultados eleitorais desde 1994.

Gráfico 1: Resultados eleitorais na Beira (1994–2014)



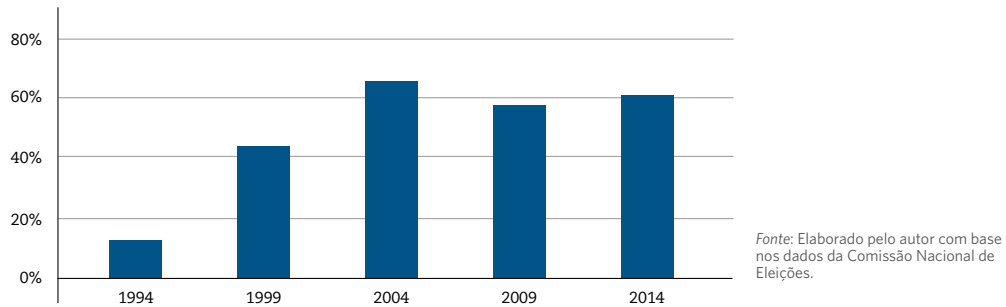
Mas a Beira não é terreno difícil só para a Frelimo. Ela é-o também para a Renamo. Com efeito, depois de uma larga vantagem que a Renamo obteve em eleições gerais desde 1994, o cenário mudou significativamente a partir de 2008 com a expulsão de Daviz Simango do partido Renamo e a sua candidatura como independente para as eleições municipais de 2008 e o posterior surgimento do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), em 2009 (veja o Gráfico 1). Mas o ressurgimento político do presidente da Renamo – Afonso Dhlakama – na véspera das eleições gerais de 2014 terá tido um impacto no eleitorado tanto da Frelimo como do MDM na Beira, na medida em que a Renamo obteve uma ligeira vantagem comparativamente à Frelimo e ao MDM, tal como se pode constatar a partir dos resultados eleitorais de 2014, no gráfico 1.

É importante referir que a cidade da Beira é simultaneamente município e distrito. Enquanto município, a cidade é governada pelo MDM (desde 2014), depois de ter estado sob gestão da Frelimo (1998–2003), da Renamo (2003–2008) e independente (2009–2013). Na prática, a Beira é o único município do país, que já conheceu a gestão dos três principais partidos políticos de Moçambique. Enquanto distrito, à semelhança dos outros distritos do país, a cidade da Beira é governada pela Frelimo. Nos últimos anos, a Beira tem sido palco de assinaláveis conflitos políticos resultantes da tentativa, por parte do Governo central, da redefinição das fronteiras do espaço municipal (Chaimite, 2010). Neste contexto, as clivagens político-partidárias têm sido notáveis e particularmente exacerbadas em períodos eleitorais, como veremos mais adiante.

A Beira possui cinco postos administrativos, nomeadamente Chiveve, Munhava, Manga-Loforte, Inhamizua e Nhangau. Existem na Beira dois principais grupos etnolinguísticos (Sena e Ndau), além de comunidades imigrantes de pescadores oriundos dos distritos costeiros das províncias da Zambézia e Nampula. Estes imigrantes vivem maioritariamente no posto administrativo de Nhangau, concretamente na localidade de Njalane – um dos locais abrangidos pela pesquisa.

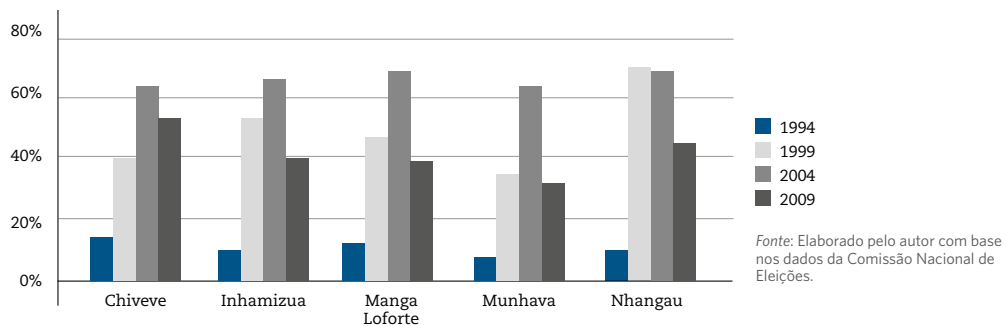
Relativamente ao fenómeno da abstenção, a Cidade da Beira apresenta o mesmo padrão que se verifica à escala nacional, isto é, uma subida da abstenção, cujo pico se situa nas eleições de 2004, e uma ligeira descida a partir das eleições de 2009 (veja o Gráfico 2).

Gráfico 2: Evolução da abstenção na Cidade da Beira (1994–2014)



Aliás, esta tendência reproduz-se igualmente nos cinco postos administrativos da Beira (veja o Gráfico 3).²

Gráfico 3: Evolução da abstenção nos postos administrativos da Beira (1994–2009)



Se é verdade que a abstenção na Beira depende de uma série de factores, entre outros, de ordem demográfica, comportamental, institucional (Brito, 2016), também não é menos verdade que as clivagens político-partidárias acima mencionadas jogam um papel importante no aumento dos números da abstenção. Em que sentido? É o que vamos ver na secção seguinte.

² Os dados desagregados das eleições de 2014 não estão disponíveis.

SECÇÃO 2

Recenseamento eleitoral e clivagens partidárias

Os problemas do recenseamento eleitoral parecem ser um reflexo das clivagens partidárias na cidade da Beira

Entre outros aspectos, constata-se que nos territórios onde a oposição é mais forte existe uma tendência para uma menor efectividade do recenseamento eleitoral. Com efeito, são muitos os casos relatados pelos eleitores sobre o início tardio desse processo nos referidos locais, assim como são apontados problemas de avarias do material informático, mas também dificuldades burocráticas e ilegais criadas ao registo de cidadãos, cujos direitos são assim violados.

2

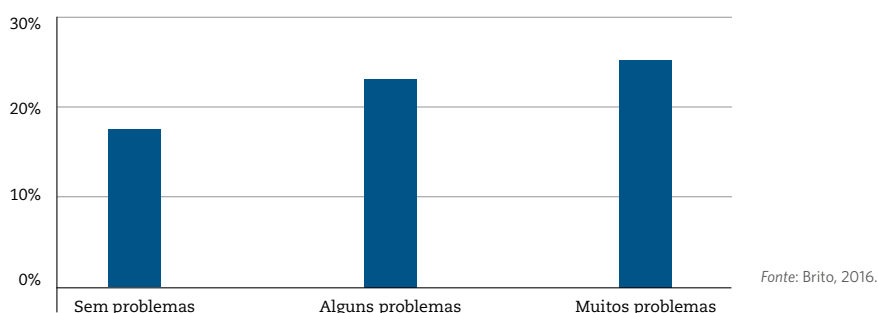
A questão das clivagens é um assunto amplamente discutido na literatura das ciências sociais (Marx, 1964; Dahrendorf, 1967; Dahl, 1971; Dogan, 1967). Inicialmente analisada e discutida na dimensão de conflito e com perspectivas diferentes, a noção de clivagens ganhou uma importância particular do ponto de vista da análise do comportamento eleitoral e identificação partidária, especialmente a partir do trabalho de Lipset & Rokkan (1967), que, com base no contexto europeu, desenvolveram o chamado modelo social de clivagens. Com efeito, partindo dos quatro tipos de clivagens (Estado/Igreja; centro/periferia; rural/urbano e classes) Lipset & Rokkan (1967) procuraram, por um lado, especificar a ligação entre as clivagens e a formação e desenvolvimento de partidos políticos e sistemas de partidos e, por outro, analisar o papel dos partidos políticos na estruturação das clivagens e na escolha dos eleitores (Zuckerman, 1975).

Mas a questão da ligação entre clivagens políticas e divisões sociais não é consensual entre os diferentes autores. Por exemplo, de acordo com Zuckerman (1975), enquanto em Marx, Weber e Dahrendorf, Lipset & Rokkan as clivagens políticas são vistas como tendo origem em divisões sociais e se transformam em conflitos políticos, em Dogan as clivagens políticas não têm ligação com divisões sociais (Zuckerman, 1975, pp.232-236). Independentemente da perspectiva teórica que se toma relativamente a clivagens, estas são vistas, em primeiro lugar, como divisões entre grupos baseadas em diferenças sociais ou políticas. Neste relatório, o conceito de clivagens políticas é usado no sentido de Zuckerman (1975) para significar a presença, no mínimo, de grandes e persistentes divisões políticas e, no caso que nos interessa aqui, cristalizadas pela polarização político-partidária protagonizada pela Frelimo, Renamo e MDM. Apesar de se notar no quotidiano, essa polarização agudiza-se e se torna mais visível ainda em momentos eleitorais, conduzindo, em alguns casos, à violência política. Voltaremos a este assunto mais adiante.

Neste contexto, as clivagens político-partidárias acabam afectando o próprio comparecimento dos eleitores às urnas, na medida em que a simpatia ou o alinhamento aberto com um ou outro partido, em alguns casos, constitui uma barreira para o acesso ao recenseamento e à votação. Nas linhas a seguir, ainda que resumidamente, vamos olhar para a maneira como as clivagens político-partidárias se cristalizam nos momentos de recenseamento e votação e acabam contribuindo para a abstenção.

À semelhança do que acontece em outros dois distritos (Manjacaze e Murrupula) abrangidos pela pesquisa, problemas relacionados com os processos de recenseamento eleitoral, particularmente avarias constantes das máquinas, afectam também a ida dos eleitores às urnas na Beira. Com efeito, os resultados do inquérito administrado na Beira, no âmbito desta pesquisa, mostram que a abstenção é maior entre os inquiridos que responderam que o recenseamento eleitoral decorreu com alguns problemas e muitos problemas (Gráfico 4).

Gráfico 4: Problemas com o recenseamento e abstenção



No posto administrativo de Nhangau - o posto que tem registado as maiores taxas de abstenção desde 1994 (ver Gráfico 3) - os problemas ligados aos processos de recenseamento não se limitam unicamente às distâncias e às avarias das máquinas. Esses problemas se referem também ao atraso das brigadas fixas em iniciar o trabalho de recenseamento em locais mais afastados. É o caso, por exemplo, da localidade de Nhangoma, que fica a cerca de 20 km da sede do posto administrativo de Nhangau, uma zona onde o MDM tem um forte apoio. Com efeito, as entrevistas e discussões em grupos focais mostram que no processo de actualização do recenseamento para as eleições gerais de 2014, a brigada fixa destacada para Nhangoma fez-se ao local só a partir do dia 16 de Abril de 2014, isto é, oito semanas depois do início do processo de recenseamento em todo o país, que foi a 15 de Fevereiro de 2014 (veja o Anexo 3). A este propósito, um interveniente num dos grupos focais descreveu o problema nos seguintes termos:

“Outra coisa também é a chegada tardia da brigada de recenseamento aqui em Nhangoma. Para as eleições de 2014, por exemplo, as brigadas do STAE destacadas para o posto administrativo de Nhangau, quando chegaram ao posto (Nhangau) ficaram por lá no posto... levaram uma, duas, três, quatro semanas ou mais sem pôr os pés aqui em Nhangoma. E até mandam recados dizendo: ‘vão lá dizer as pessoas de Nhangoma para virem recensear-se aqui em Nhangau (sede), porque as brigadas não podem chegar a Nhangoma porque o caminho está cheio de matope’... Até que um dia eu próprio decidi ir à sede do posto (Nhangau) para reclamar o facto de semanas depois do início do recenseamento ainda não termos nenhuma brigada fixa aqui em Nhangoma... Quando cheguei lá no posto até me ameaçaram... foram chamar a polícia. Mas mesmo assim disse qual era o problema que me levava ao posto (Nhangau) ... E de facto, depois da minha reclamação tivemos uma brigada fixa de recenseamento aqui em Nhangoma...mas foi muitas semanas depois de o recenseamento ter iniciado.”³

Para o caso de Nhangoma acima mencionado, além da chegada tardia da brigada de recenseamento, houve também problemas de avaria das máquinas. Um outro interveniente num dos grupos focais referiu-se ao problema da seguinte forma:

“Nas eleições passadas (2014) não fui votar. Eu fui para me recensear, mas havia problema de avaria da máquina. Quando cheguei lá (no posto de recenseamento) disseram: ‘hoje não, hoje vocês não vão poder fazer o recenseamento porque a máquina está avariada. Há falta de tinta, queremos sair para Nhangau. Vamos ligar para a direcção da cidade (do STAE) para mandarem técnicos para virem arranjar a máquina. Eu fui para casa. Depois voltei um outro dia para lá (posto de recenseamento), nada. Uma outra vez, também nada. E fiquei assim mesmo sem recensear por causa do problema da máquina.”⁴

No povoado de Njalane, os problemas relacionados com o recenseamento ultrapassam aspectos meramente ligados às avarias das máquinas. Com efeito, além de avarias constantes das máquinas e dificuldades que os cidadãos têm de provar a sua identificação aos membros das brigadas de recenseamento para se poderem registar, existe também o facto de o povoado ser habitado maioritariamente por imigrantes.

Njalane, zona costeira e com uma forte tradição pesqueira de tipo artesanal, acolhe pescadores imigrantes oriundos não só da zona sul da Província de Sofala (Buzi e Machanga) como também dos

3 A.A., interveniente no grupo focal de homens, Nhangoma, 3 de Agosto de 2015.

4 E.R., interveniente no grupo focal de homens, Nhangoma, 3 de Agosto de 2015.

distritos do litoral das Províncias da Zambézia e Nampula. As entrevistas e as discussões em grupos focais realizadas no âmbito desta pesquisa mostram que parte importante desses imigrantes trabalha para pescadores locais, em geral residentes no centro da cidade da Beira.

Localmente, os imigrantes têm enfrentado grandes dificuldades em conseguir participar em eleições, na medida em que a interpretação da legislação eleitoral por parte das brigadas de recenseamento impede alguns imigrantes de se recensear. O número 1 do artigo 11 da Lei 8/2014, referente ao quadro jurídico para o recenseamento eleitoral, estabelece o seguinte: “O cidadão eleitor inscreve-se no posto de recenseamento eleitoral mais próximo da sua residência habitual” (art.º 11, Lei 8/2014). Ora, na interpretação que é feita localmente, os pescadores imigrantes não são considerados como tendo “residência habitual” em Njalane, mesmo que à altura do recenseamento estejam a viver no local há mais de um ano. Com efeito, várias intervenções nas discussões em grupos focais referiram-se ao facto de imigrantes terem visto o seu direito de se recensear violado como consequência da interpretação da legislação por parte dos agentes das brigadas de recenseamento, por considerarem os imigrantes como não sendo residentes de Njalane. Falando do processo de recenseamento para as eleições gerais de 2014, um dos intervenientes num dos grupos focais comentou:

Basta chegar o tempo de recenseamento a situação aqui costuma ser difícil. Alguns vientes (imigrantes), eles podem estar a viver aqui um ou dois anos, quando chega o momento do recenseamento lhes dizem que você não é daqui, você é um viente (imigrante). Eles (agentes das brigadas de recenseamento) obrigam a pessoa a ir recensear-se no lugar de onde vem, mesmo sabendo que a pessoa vive aqui há um ou dois anos. Então, alguns vão se recensear no local de origem. Só que no dia das eleições a pessoa vai estar aqui e não vai conseguir ir votar onde se recenseou. Por exemplo, eu tinha meus dois trabalhadores que estavam comigo aqui, eles não conseguiram se recensear, eles (agentes das brigadas de recenseamento) proibiram. Disseram: ‘você não são daqui’. Mas eles (os trabalhadores imigrantes) já estão comigo há três anos aqui. Eu fui para lá falar com eles (agentes das brigadas de recenseamento) que esses são meus trabalhadores e estão a viver comigo há três anos, querem recensear para chegar naquele dia de votar também votarem... Eles (agentes das brigadas de recenseamento) negaram, e os meus trabalhadores não se recensearam e não foram votar.”⁵

As dificuldades pelas quais alguns imigrantes de Njalane passam no processo de recenseamento eleitoral foram igualmente mencionadas nas discussões do grupo focal constituído pelas lideranças comunitárias locais e alguns membros das assembleias de voto.

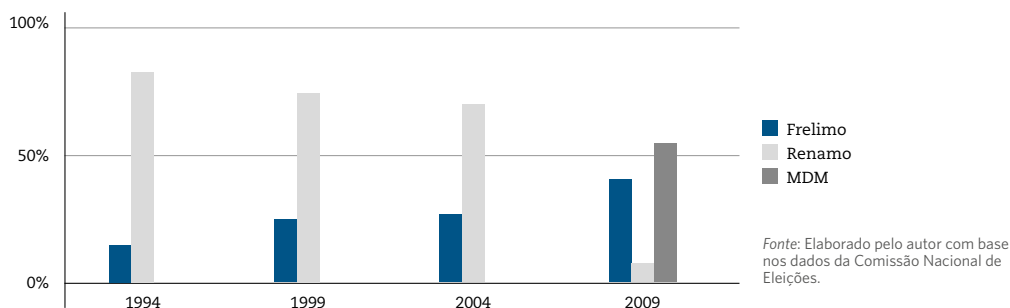
Se à primeira vista a interpretação da legislação eleitoral, que dificulta o acesso ao recenseamento por parte de imigrantes, parece desprovida de quaisquer contornos político-partidários, na realidade ela é percebida localmente como sendo um mecanismo de controlo do voto favorável à Renamo e ao MDM. Essa percepção é reforçada sobretudo pelo facto de que os imigrantes são localmente vistos como sendo simpatizantes da Renamo e do MDM. Neste sentido, o fenómeno reforça a polarização e as clivagens políticas, facto que contribui para o aumento do potencial da violência política. É o que transparece, por exemplo, na intervenção de uma das participantes numa das discussões de um dos grupos focais:

⁵ J.M., interveniente no grupo focal de homens e mulheres, Njalane, 6 de Agosto de 2015.

“Aqui quando chega aqui o tempo de recenseamento e voto, há pessoas que não são admitidas recensear. Lá onde se recenseia costumam reparar a cara das pessoas: ‘esse é daquele partido’... e quando tu chegas lá para recensear e acham que és daquele partido (Renamo ou MDM), dizem-te logo: vai recensear na tua zona. Agora como eu sou de Quelimane, será que hei-de conseguir arranjar passagem para ir recensear na minha zona em Quelimane? Às vezes quando tu és do MDM, chegas lá (no posto de recenseamento), costumam reparar para a tua cara: ah tu... agora com esses documentos que tens... Vai arranjar testemunhas! E quando tu trazes testemunhas, dizem que a máquina está avariada... E aí tu já não vais recensear mais. Quando chega o dia de voto, tu já não vais votar porque não estás recenseado. Mas há outra coisa... Às vezes acontece que as pessoas vão recensear, mas quando chega o dia de votar lá (na assembleia do voto) há problemas: vêm militares, vem “intervenção rápida” para vir nos ameaçar. Então, quando é assim, aquele que recenseou não vai voltar mais porque tem medo dos militares e da “intervenção rápida”... Porque há outros partidos que não têm armas... Então, a maioria das pessoas não vai votar, somos proibidos... Por isso, muita gente fica sem ir recensear e sem ir votar. Aqui em Njalane há gente de Quelimane, de Nampula e os naturais daqui. Às vezes os naturais daqui quando são do partido Renamo, ou MDM, chegam lá (assembleia de voto) para votar, não são admitidos votar.”⁶

Embora os problemas de recenseamento existentes em Nhangau, particularmente em Njalane, não se ponham da mesma maneira em bairros de outros postos administrativos, nomeadamente Inhamizua, Manga Loforte, Munhava e Chiveve, é interessante verificar que esses problemas, em outros bairros, cristalizam igualmente clivagens político-partidárias e reforçam a percepção nas populações locais de se tratar de um mecanismo de controlo do voto favorável à oposição (a Renamo e o MDM). Com base nas entrevistas e discussões em grupos focais constata-se que as reclamações relativas aos problemas das avarias das máquinas são frequentes em bairros localizados nos postos administrativos onde a Renamo e o MDM levam uma grande vantagem comparativamente à Frelimo. É o caso, por exemplo, dos postos administrativos de Inhamizua, Munhava e Manga-Loforte, tal como os Gráficos 5, 6 e 7 mostram.

Gráfico 5: Resultados eleitorais (eleições gerais) no posto administrativo de Inhamizua (1994–2009)



⁶ T.C., interveniente no grupo focal de homens e mulheres, Njalane, 6 de Agosto de 2015.

Gráfico 6: Resultados eleitorais (eleições gerais) no posto administrativo da Manga-Loforte (1994–2009)

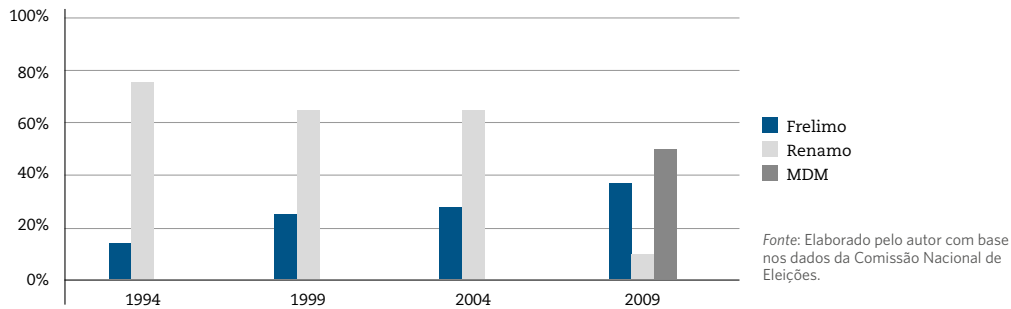
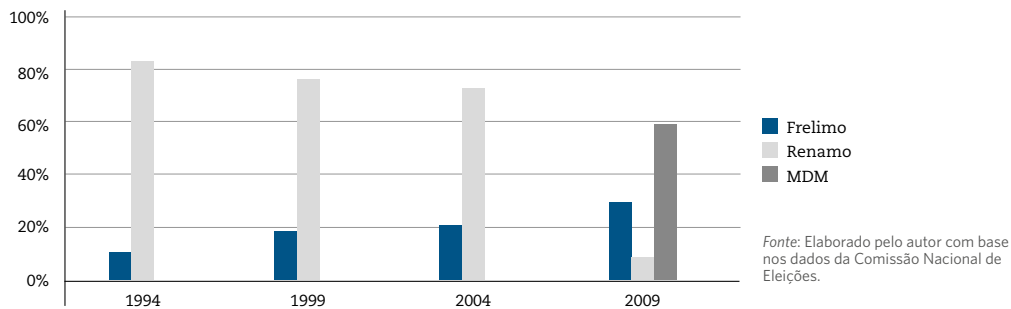


Gráfico 7: Resultados eleitorais (eleições gerais) no posto administrativo da Munhava (1994–2009)



Na discussão em grupo focal havida no bairro da Chamba, no posto administrativo de Inhamizua, um dos participantes colocou o problema da avaria das máquinas da seguinte maneira:

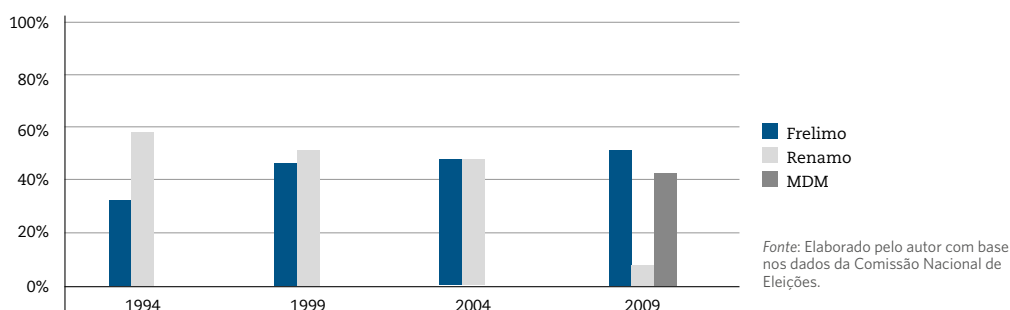
“Eu posso dizer que esses problemas influenciaram (o não comparecimento dos eleitores às urnas) porque as avarias eram constantes. Você vai hoje, a máquina está avariada... Trabalha, depois de dez pessoas, a máquina está avariada. No dia seguinte a máquina está avariada... Então, é muito difícil porque você não vai dedicar toda a sua vida só para ir se recensear! Sabe que nós temos muita coisa para fazer... Temos de procurar coisas para alimentar a família, muita gente faz biscates porque não há emprego... E se eu vou para casa porque as máquinas estão avariadas e digo ao meu vizinho ou amigo que a máquina lá (no posto de recenseamento) está avariada, a pessoa também acaba ficando. Na minha zona muita gente não foi recensear por causa desses problemas. O problema é que não era só num posto onde havia avarias, eram quase todos os postos... Isso até parecia coincidência. Todos os dias quando você conversava com pessoas diferentes que queriam se recensear em postos diferentes, diziam que não foram se recensear porque as máquinas estavam avariadas.”⁷

7 L.E., interveniente no grupo focal de homens e mulheres, Chamba, 10 de Agosto de 2015.

No mesmo grupo focal, um outro participante reforçou, relatando a sua própria experiência:

“Eu também me recordo no dia em que me recenseei: éramos cerca de sete amigos... Saímos de casa para ir recensear. Então, naquele dia encontrámos uma fila muito longa e era um problema muito grande para se poder recensear. A pessoa tinha que ser forte e conseguir falar com os recenseadores. Aí nós lutámos, lutámos e conseguimos nos recensear. Quando as pessoas entravam lá dentro, para sair era um problema sério... Não sei se havia outras pessoas que entravam por uma outra porta, não sei... Quando acabámos de recensear, aconteceu que a máquina avariou (...). As pessoas já começam a ver que isso tudo é algo propositado. Não é possível ter problemas de avaria de máquinas no Matadouro (posto de recenseamento), ter problemas na 25 de Setembro (posto de recenseamento), ter problema em Inhamizua (posto de recenseamento) ... Então, as pessoas começam a ver que isso não é possível! Porque as máquinas não se comunicam... Isso não é normal, alguma coisa está a acontecer. Naqueles bairros da Ponta-Gêa, Macuti (no posto administrativo do Chiveve onde a Frelimo leva uma relativa vantagem, a partir das eleições gerais de 2004, veja Gráfico 8) não havia esses problemas de avaria das máquinas, lá costuma haver máquinas novas. Esses problemas de avarias das máquinas são mais notórios nesses bairros mais povoados, Munhava, Inhamizua.”⁸

Gráfico 8: Resultados eleitorais (eleições gerais) no posto administrativo do Chiveve (1994–2009)



Percebidos como tendo uma lógica político-partidária, em virtude do contexto da polarização política que se vive localmente, os problemas do recenseamento eleitoral contribuem para que potenciais eleitores fiquem fora do processo eleitoral. Diferentemente do que acontece em Murrupula e em Manjacaze (Chaimite & Forquilha, 2015a, 2015b), os problemas do recenseamento eleitoral na Beira têm a particularidade de cristalizarem e exacerbarem as clivagens político-partidárias, facto que, em alguns casos, tal como mencionámos acima, propicia violência política e contribui para que alguns eleitores não compareçam às urnas, essencialmente por causa do medo. Este é um dos aspectos que vamos analisar seguidamente.

⁸ J.P., interveniente no grupo focal de homens e mulheres, Chamba, 10 de Agosto de 2016.

SECÇÃO 3

“Votar com medo”: Clivagens, violência eleitoral e abstenção

As clivagens político-partidárias jogam um papel importante no aumento da abstenção

Desde as primeiras eleições multipartidárias, em 1994, a abstenção na cidade da Beira não tem cessado de crescer.

Um dos principais efeitos da desconfiança e do medo provocados pelos frequentes episódios de violência eleitoral, que se verificam particularmente no dia da votação, mais precisamente no momento do apuramento dos resultados nas mesas de voto, é a abstenção.

3

Embora não se possa falar de violência eleitoral nos mesmos moldes em que o fenómeno se manifesta em outros contextos (Quênia, Nigéria, Zimbábwe, Costa do Marfim, Congo, etc.) e tem sido estudado (Bekoe, 2012), a violência política, que nos últimos anos tem sido recorrente em períodos eleitorais na Beira pode ser vista como violência eleitoral, devido à sua especificidade em termos do tempo em que ela ocorre, o seu móbil e os seus autores. A partir de uma análise sobre democratização e violência eleitoral na África subsaariana, Straus & Taylor mencionam algumas formas que a violência eleitoral pode assumir, nomeadamente: intimidação, quando há protestos ou apoios a candidatos políticos; neutralização da oposição através de assassinatos, prisão ou tortura; violência física visando dispersar apoiantes da oposição; violência para se ter acesso a recursos com vista a consolidar o apoio do eleitorado; bolsas de violência circunscritas a certos círculos eleitorais ou locais; protestos contra um resultado ou processo, que conduz à repressão (Straus & Taylor, 2012, pp.33–36).

Apesar de o debate sobre a violência eleitoral na África subsaariana não ser consensual (Bekoe, 2012), quando se olha para o caso da Beira, constata-se que a violência que ocorre em períodos eleitorais não é uma simples violência política, na medida em que além de ter lugar em períodos eleitorais, ela é essencialmente motivada pelo desenrolar do processo eleitoral, particularmente antes e durante a votação, envolvendo a força de repressão, partidos políticos e seus respectivos apoiantes. Falando de uma das campanhas eleitorais passadas, um dos intervenientes num dos grupos focais referiu-se ao assunto nos seguintes termos:

“Aqui (na Munhava) houve sangue mesmo. Até porque no início a campanha estava a decorrer numa boa maneira, mas quando ia já para o fim... Mesmo os próprios candidatos aqui na Munhava... houve muita luta, muita gente sofreu, alguns carros foram queimados e também alguns candidatos pararam no hospital. Foi um grande problema. Isso foi nas eleições autárquicas (2013). Algumas sedes de partidos foram queimadas; então houve mesmo grande luta. Mas quanto a campanhas para eleições presidenciais só vi um caso de um partido que no lugar de lutar contra os partidos, foi estragar os semáforos e alguns membros desse partido foram presos. Houve confusão e não se circulava nas ruas. Puseram pneus e começaram a queimar. Até que queriam queimar a sede da Maraza (sede do partido Frelimo) e depois queriam ir à zona central, só que antes de chegar lá começaram a queimar os semáforos em direcção à sede do partido Frelimo. Então, ligou-se para a FIR (Força de Intervenção Rápida) e quando a FIR veio prendeu algumas pessoas. A sede de Maraza foi vandalizada, meteram pneus ali dentro e queimaram.”⁹

Com base nos dados recolhidos durante a pesquisa de campo, constata-se que a violência eleitoral na Beira ocorre não só em momentos de campanha eleitoral, mas também em dias de votação. Com efeito, a reduzida confiança nos órgãos de gestão eleitoral por parte dos eleitores, particularmente os apoiantes dos partidos da oposição, tem estado na origem de protestos contra a actuação dos agentes eleitorais, facto que origina a intervenção das forças policiais e cenas de violência.

Na percepção dos apoiantes da oposição, nomeadamente do MDM, a baixa transparência nas operações eleitorais, particularmente a votação e o apuramento, exige por parte dos eleitores um controlo mais forte e personalizado do processo eleitoral para reduzir a possibilidade da fraude nas assembleias de voto. Foi neste contexto que surgiu e se desenvolveu o fenómeno de “controlo das urnas” pelos próprios eleitores. Esse controlo expressa a falta de confiança dos eleitores da oposição nas instituições de gestão eleitoral e constitui o elemento que contribui para a violência. Um dos jovens

⁹ M.F., interveniente no grupo focal de homens e mulheres, abstencionistas e não abstencionistas, Munhava, 6 de Agosto de 2015.

do bairro da Chamba, que nos últimos anos tem participado no controlo acima referido, falou do fenómeno:

“Por causa dessas desconfianças todas, as pessoas amanhecem ali (nas imediações das assembleias de voto) a controlar os seus votos. Nós já amanhecemos ali a controlar aquele processo (processo de apuramento). Nós estávamos ali fora porque nós queríamos acabar com aquela coisa de dizer que entrou mais uma urna para a contagem... então, montámos a nossa equipa... éramos mais ou menos 50 jovens. Quando chegámos à escola onde estava a funcionar a assembleia de voto, ficámos do lado de fora a conversar, do lado de fora do muro da escola. Cercámos toda a escola! Todos nós tínhamos instruções bem claras: se chegasse um carro, a gente tinha que saber de quem era o carro, quem estava no carro, o que estava a descarregar, se tinha uma urna ou não. Caso o carro tivesse uma urna, a instrução era pegar nas pessoas que estivessem no carro e pedir-lhes explicações sobre a proveniência da urna e para onde é que estavam a levar. Então, é naquele processo todo que a polícia vem tentar nos impedir com violência. Quando isso acontece nós tentamos fugir. Os jovens fogem, mas quando a polícia sai, nós voltamos de novo. Com isso, nós procuramos garantir que nenhuma urna entra na assembleia de voto. Com isso pelo menos temos a certeza de que se houver roubo de votos só pode ser a partir de lá dentro (mesa de votação). E isso resulta, porque diminui manobras. Por exemplo, essa última vez (eleições gerais de 2014) houve manobra porque veio um carro. Quando o homem tentou abrir o carro, viu algumas pessoas a vir e ele fugiu. Agora, se não tinha nada no carro, porque fugiu?”¹⁰

Quem são as pessoas que lideram os grupos de controlo das urnas e porquê? As entrevistas e discussões em grupos focais mostram que a liderança desses grupos de controlo é constituída maioritariamente por jovens, que pertencem a grupos de baixa renda, socialmente desfavorecidos, sem emprego formal e apoiantes de partidos da oposição. Esses jovens acreditam na ideia de que o voto pode provocar mudanças a nível das elites dirigentes, na condição de ser um voto saído de eleições transparentes. Aliás, na sua percepção, o controlo das urnas visa garantir que o seu voto conduza a mudanças necessárias a nível das elites dirigentes de modo a trazer melhores condições de vida, tal como o extracto a seguir sugere:

“Isso é uma questão muito simples. A maior parte dos que participam no controlo (das urnas) são jovens. Nós fazemos parte do grupo, sabe?! Nós, os jovens, estamos cansados pela maneira como nos governam. Não temos emprego e muitos de nós estamos revoltados, estamos cansados. Hoje em dia para um licenciado encontrar emprego não é fácil. Pior se você não tem nem a 7ª classe. Quando os meus avós estavam em vida diziam que no tempo do colono era normal você com 10, 12 anos ser levado para um pequeno empresário para aprender uma profissão, e você aprendia uma certa profissão. Depois, o empresário dizia: epá, você já domina o trabalho X então, a partir de hoje eu passo a dar-lhe um X para você poder comprar sabão e outras coisas. Então, para dizer que na altura não havia esse problema de falta de emprego como temos hoje. Nós estamos sempre a ouvir que o nosso presidente (da República) está no país X para ver se conquista os empresários para o nosso país, mas quando aqueles senhores vêm para Moçambique, a nossa lei aqui não funciona. Por exemplo, temos o caso prático dos chineses. Temos pessoas que trabalharam para os chineses e hoje não têm dedos, não têm mãos, etc. Mas vai ver a indemnização que eles têm, são mil meticais. A maior parte das pessoas lesadas hoje é jovem. Há jovens hoje que nunca conheceram um emprego. Mas como é que uma pessoa vai viver assim? Mas será que todo esse tempo mesmo não há

¹⁰ J.F., interveniente no grupo focal de homens e mulheres, bairro da Chamba, 10 de Agosto de 2015.

3

condições para investirem em Moçambique? É por isso que o maior número das pessoas que controlam as urnas é composto por jovens, porque quando chega o tempo de eleições, os jovens querem ver mudanças.”¹¹

Uma prática popularizada sobretudo a partir das eleições autárquicas de 2008 em que Daviz Simango concorreu para presidente do município da Beira sem nenhum apoio partidário, o controlo das urnas em dias de eleições tem acontecido igualmente em outros locais do país, levado a cabo particularmente por jovens apoiantes de partidos da oposição, com destaque para o MDM e a Renamo. Na maior parte das vezes, a prática tem conduzido à violência na sequência do uso excessivo da força por parte da polícia. A este respeito, um dos participantes na discussão de um dos grupos focais referiu o seguinte:

“Realmente isso (controlo das urnas) tem acontecido. Mas isso é para controlar os votos, porque nós sabemos que depois de diminuir todo o movimento eles (os agentes eleitorais) podem fazer o que querem. Então, a população o que faz é controlar as urnas. Normalmente no dia de eleições, depois de votar, a população vai para casa, come e depois de um copo de água volta e vem controlar as urnas. Mas quando a população volta, para controlar as urnas, não vem para criar violência. Só que aqueles polícias, quando costumam ver o movimento, vêm logo com força a querer afugentar as pessoas e é quando surge a violência.”¹²

Exacerbada pelas clivagens partidárias, a violência eleitoral alimenta assim um ambiente de medo, que acaba afectando o comparecimento dos eleitores às urnas. Diferentemente do distrito de Murrupula onde o medo que desencoraja os eleitores a ir votar resulta do clima de tensão entre as forças de defesa e segurança e os ex-guerrilheiros da Renamo (Chaimite & Forquilha, 2015b), na Beira o medo tem a ver essencialmente com a reacção excessiva da polícia na tentativa de reposição da “ordem” nas assembleias de voto. Neste contexto, o medo ligado à exacerbação das clivagens políticas, associado à intervenção excessiva da polícia, aparece nas entrevistas e discussões em grupos focais como um dos factores que afectam a abstenção, tal como mostra o extracto a seguir:

“Há muita gente que não foi votar. Primeiro, por causa de não ter nomes nos cadernos; segundo, por causa de medo. As pessoas pensavam que lá (na assembleia de voto) ia acontecer alguma coisa. Outros não foram votar porque diziam: ‘porquê ir votar? Estou a gastar o meu tempo ir lá, se não tenho nenhum benefício’.”¹³

Como nos referimos acima, as clivagens partidárias são mais visíveis em momentos eleitorais. Em alguns bairros da Beira, nomeadamente Njalane e Munhava, essas clivagens permeiam inclusivamente as relações de vizinhança. Referindo-se às eleições gerais de 2009, um membro da Frelimo residente no bairro da Munhava conta como os seus vizinhos, membros da Renamo, o perseguiram sob suspeita de ele ter escondido uma urna com votos em sua casa:

“Em 2009, naquelas eleições presidenciais, por eu ser membro da Frelimo, houve um boato aqui no bairro que eu tinha escondido uma urna com votos na minha casa. Os membros da Renamo quando ouviram isso perseguiram-me e até estavam para queimar a minha casa. Escapei por um pouco. Eu até conhecia esses membros da Renamo que me perseguiram, eram meus próprios vizinhos.”¹⁴

11 D.S., interveniente no grupo focal de homens e mulheres, bairro da Chamba, 10 de Agosto de 2015.

12 P.E., interveniente no grupo focal de homens e mulheres, bairro da Chamba, 10 de Agosto de 2015.

13 O.I., interveniente no grupo focal de líderes e ex-membros das mesas de voto, Njalane, 30 de Julho de 2015.

14 Entrevista com A. E., não abstencionista, Munhava, 4 de Agosto de 2015.

Além das clivagens partidárias, a dinâmica da abstenção na Beira, explica-se igualmente por um outro factor importante que encontramos nos outros dois locais (Murrupula e Manjacaze) abrangidos pela pesquisa. Trata-se das representações que os eleitores têm da relação com o Estado, consubstanciada na provisão de serviços básicos e no acesso a recursos, particularmente os “7 Milhões”. Na secção que se segue, vamos procurar analisar em que medida as representações que os eleitores têm da relação com o Estado, cristalizada no acesso aos serviços básicos e aos recursos, afectam a dinâmica da abstenção.

SECÇÃO 4

Serviços básicos e abstenção

As zonas mais distantes dos centros de poder são as que mais sofrem da fraca qualidade dos serviços básicos e aquelas onde há maior abstenção

O baixo desempenho do governo em termos da provisão de serviços básicos aos cidadãos tem como consequência o não comparecimento às urnas por uma parte deles.

Essa tendência pode ser observada na Beira, tal como nos outros distritos onde a pesquisa foi realizada (Manjacaze e Murrupula). No caso da cidade da Beira, a situação é agravada pelo facto de existir uma “dupla administração”, do governo (partido Frelimo) e do município (MDM), sendo as zonas mais marginais do ponto de vista geográfico (mais distantes do centro da cidade) as que mais sofrem do problema da qualidade dos serviços prestados à população.

4

Na literatura da ciência política, o debate sobre a “mão invisível da democracia” está longe de produzir consensos (Lake & Baum, 2001). Com efeito, apesar da adopção da democracia por numerosos países como regime político que propicia os direitos fundamentais de indivíduos e colectividades, nomeadamente o direito à liberdade de associação, expressão, pensamento, etc. (Sartori, 1994), continua muito difícil estabelecer uma relação directa entre a democracia e o melhoramento na provisão de serviços públicos, ou seja, não existe qualquer relação de causa e efeito entre a adopção da democracia e o melhoramento na oferta de serviços públicos (Lake & Baum, 2001, p.588). Quer dizer, não é pelo facto de um país adoptar a democracia como regime político que a oferta de serviços públicos nesse país melhora necessariamente. Apesar disso, numa democracia, os eleitores estabelecem claramente uma ligação entre o voto e o curso de políticas, incluindo na área de provisão de serviços, tendo como pressuposto a ideia segundo a qual ao eleger boas políticas, o voto pode contribuir para o melhoramento das condições de vida (Carbone, 2011; Sartori, 1994). Neste contexto, um baixo desempenho do governo, em termos de oferta de serviços públicos, pode ter implicações no comparecimento dos eleitores às urnas.

Localizada num espaço territorial onde se sobrepõem a área sob a jurisdição municipal e aquela sob a jurisdição do Estado (através do distrito da Beira), a cidade da Beira apresenta o mesmo padrão que outros distritos e municípios do país, em termos de provisão de serviços básicos. Dados do Instituto Nacional de Estatísticas referentes a 2013 mostram que, por exemplo, o acesso à água potável é um dos principais desafios que a cidade da Beira enfrenta. Com efeito, cerca de 47% dos agregados familiares ainda não têm acesso à água canalizada, recorrendo a poços, rios, lagoas, etc. O sector da educação conta com 106 escolas do Ensino Primário do Primeiro Grau (EP I), 57 escolas do Ensino Primário do Segundo Grau (EP II), 45 escolas do Ensino Secundário Geral do Primeiro Grau (ESGI) e 27 escolas do Ensino Secundário Geral do Segundo Grau (ESG II). Relativamente ao sector da saúde, estatísticas do INE indicam que a Cidade da Beira possui um hospital central, 11 centros de saúde e dois postos de saúde, totalizando cerca de 859 camas, das quais 235 são dos serviços da maternidade (INE, 2013).

À semelhança do que acontece em Murrupula e Manjacaze (Chaimite & Forquilha, 2015a, 2015b), os eleitores na Beira também estabelecem uma relação entre o voto e o melhoramento das condições de suas vidas. Neste sentido, o custo do voto (Braconnier & Dormagen, 2007) é avaliado sobretudo em função do seu efeito na vida do dia-a-dia. A este propósito, um dos participantes num dos grupos focais mencionou o:

“O que acontece em momentos de campanha é que aqueles que concorrem, todos têm a mesma canção: ‘eu vou fazer isso’ e o próprio povo acata ‘esse aqui vai fazer’. Mas quando eles (os políticos) ganham se esquecem do povo... nem passam para pelo menos agradecer aquelas pessoas que votaram neles... nada! Quando é assim, então a população faz o quê?...diz: ‘ah, essa gente só vem nos enganar!’. Então, por isso as pessoas preferem ir pescar...e dizem mesmo: ‘vale a pena ir pescar porque é o que me dá de comer... não vou votar!’. Por exemplo, essa questão da energia, o governo veio aqui quando o Governador era Carvalho Muaria... ele reuniu as pessoas e disse: ‘essa questão de energia não é problema, nós vamos estudar, não vai chegar até 2012’... a população aplaudiu, mas até aqui nada disso aconteceu.”¹⁵

¹⁵ F.R., interveniente no grupo focal de líderes e ex-membros das mesas de voto, Njalane, 30 de Julho de 2015.

Embora a deficiência na provisão de serviços básicos se faça sentir em todos os postos administrativos, ela é mais crítica sobretudo em zonas mais afastadas da cidade, nomeadamente no posto administrativo de Nhangau. Aliás, apesar de a insatisfação em relação aos serviços não ser o único factor explicativo da abstenção, é interessante verificar que o posto de Nhangau é o que apresenta maiores taxas de abstenção (veja o gráfico 3), facto que sugere que existe uma ligação entre a insatisfação e a atitude em relação ao voto, neste caso a abstenção.

Situado a cerca de 30 km do centro da cidade da Beira, o posto administrativo de Nhangau é a região menos urbanizada da Beira. Aliás, algumas zonas de Nhangau são completamente rurais e, no caso de Nhangoma, por exemplo, que fica a cerca de 20 km da sede do posto administrativo, há problemas sérios em termos de vias de acesso, serviços de saúde, água e educação. Em períodos chuvosos, Nhangoma fica literalmente sem comunicação rodoviária com o resto da Beira. Neste contexto, a mobilização para o voto é mais complexa ainda do que em outras zonas da cidade, na medida em que a deficiência e, nalguns casos, ausência de serviços básicos alimenta um sentimento de exclusão e revolta. Falando de vias de acesso a Nhangoma, por exemplo, um dos participantes num dos grupos focais descreveu a situação nestes termos:

“Sobre a estrada, eu posso explicar o seguinte: aqui não existe estrada que sai da cidade até Nhangoma. O que nós temos é uma picada, e é uma picada que nós próprios fizemos com os nossos próprios pés. Há uma estrada que sai da zona da cidade, a partir da estrada nacional numero 6 até um certo ponto, mas que não chega até aqui em Nhangoma. O problema é que há pessoas e empresas que estão a tirar areia para construção naquela zona e estão a estragar o único caminho que temos para fazer a nossa ligação com a cidade, para podermos ir vender os nossos produtos para alimentar as nossas famílias. Não sei se essas pessoas e empresas têm autorização do município para tirarem areia naquele local. Porque, se o município autorizou isso, foi uma decisão muito má. Todos nós, as nossas famílias, dependemos dessa picada. Porque vejam só: quando tiram areia naquela zona, eles deixam grandes buracos e as nossas bicicletas não podem passar; e se as nossas bicicletas não podem passar, nós não vamos conseguir chegar à cidade para fazer nossos negócios. E, sem emprego, como é que vamos viver? Não sei esse Governo..., não sei qual é o mal que o povo de Nhangoma fez. Não sei qual é o erro que cometemos para termos isso do Governo. As nossas bicicletas já começam a ter avarias por causa daquelas covas que andaram a fazer para tirar areia. Agora, isso já não é paz. É guerra contra nós. Por isso nós estamos revoltados; O próprio Governo está a fazer guerra contra o povo. Porque, se foi o Governo que autorizou isso, já é guerra. E depois, quando chega momento de voto, dizem: ‘vota em mim’. É assim mesmo? Afinal de contas nós votamos para depois estarem contra nós?”¹⁶

À semelhança de outros bairros da cidade da Beira, oficialmente, Nhangoma está sob a dupla jurisdição do município da Beira e do distrito da Beira. As entrevistas e discussões em grupos focais mostram que, em alguns casos, essa dupla jurisdição tem efeitos na qualidade de serviços básicos, na medida em que o conflito autoridades municipais/autoridades distritais (Estado) se reproduz na maneira como os poucos serviços existentes são providenciados. Em relação aos serviços de saúde, por exemplo, um dos participantes num dos grupos focais comentou:

“O município construiu esta casa para servir de posto de socorros, mas o próprio Ministério da Saúde parou de fornecer medicamentos ao posto de socorros. Os socorristas são nativos daqui em Nhangoma. Antes, eles (os socorristas) trabalhavam debaixo de árvore. Numa dessas visitas do

16 A.O., interveniente no grupo focal de homens, Nhangoma, 3 de Agosto de 2015.

4

presidente do município (Daviz Simango), ele visitou este bairro e encontrou os socorristas a trabalhar debaixo de árvore. Quando ele viu aquilo disse: ‘vocês estão a trabalhar fora, imaginem a qualquer momento cai a chuva, onde vão parar com esse medicamento?’ Por isso, ele teve a ideia de mandar construir aquela casa que estão a ver ali. Na outra visita do presidente do município a Nhangoma, os socorristas reclamaram subsídios. Eles ficavam todo o tempo aqui a atender as pessoas e não tinham nenhum subsídio. Ele (o presidente do município) prometeu resolver a situação; depois veio e levou nomes de alguns socorristas e passaram a receber subsídios. E, o Ministério da Saúde (autoridades distritais de saúde) disse: ‘esse que vos dá subsídio, esse que construiu posto de socorros é que vai vos dar medicamentos’. Foi assim mesmo que pararam de fornecer medicamentos ao nosso posto de socorros! Hoje, o nosso posto de socorros não tem medicamentos. Quando a gente apresenta este problema ao município, o município diz: ‘Epá, nós já construímos o edifício para posto de socorros. Vão pedir medicamento ao Governo’.”¹⁷

Zona praticamente esquecida e vítima de conflitos entre as autoridades municipais e distritais, Nhangoma enfrenta problemas também a nível dos serviços de educação. Com efeito, não só o edifício da única escola que possui está inacabado, como também os professores nem sempre dão aulas, tal como o extracto a seguir mostra:

“Um outro problema aqui em Nhangoma é a escola. Por semana, as crianças só estudam dois dias, ou três. Antes havia falta de professores, mas este ano mandaram três professores e totalizam seis professores. Mas, mesmo assim, as crianças não têm tido aulas. Sextas-feiras não têm tido aulas; é somente dia de ir fazer limpeza e voltam. Sempre não estudam. Segunda-feira também.... É porque os professores vivem na Beira (no centro da cidade), eles não vivem aqui. Dizem que aqui é mato e por isso não podem viver aqui. Está-se a construir uma pequena casa para os professores. A casa tem três quartos, mas por enquanto ninguém dorme lá. Há meses os professores tinham problemas de salários e as crianças ficaram três semanas sem ter aulas. Muitas crianças perderam motivação e algumas vão estudar lá no Vilanquejo (um povoado vizinho), uma distância longa. As salas não são suficientes para os alunos, os professores não têm segurança. Tudo está assim mesmo desorganizado.”¹⁸

Neste contexto, a deficiência na provisão de serviços joga um papel importante na estruturação da atitude em relação à política em geral, particularmente no que se refere ao voto, na medida em que a carência relativamente aos serviços básicos nos diferentes sectores alimenta um sentimento, por um lado, de um município e autoridades distritais distantes e, por outro, de exclusão colectiva, facto que pode contribuir para o não comparecimento às urnas. Um dos participantes num dos grupos focais colocou o assunto nos seguintes termos:

“Em parte, podemos não ter problema de ir votar, mas com todos esses problemas que estão acontecendo mais tarde teremos preguiça de ir votar, sentar e não votar em ninguém porque eles (os políticos) prometem e, às vezes, até trazem maquinas aqui e dizem agora vamos construir estrada aqui, mas depois desaparecem, nem estrada, nem nada! Então, isso aí vai nos trazer preguiça, não vamos votar em ninguém. Talvez aqueles que comem com eles (com os políticos)

17 H.C., interveniente no grupo focal de homens, Nhangoma, 3 de Agosto de 2015.

18 I.J., interveniente no grupo focal de homens, Nhangoma, 3 de Agosto de 2015.

continuarão a votar. Mas mesmo essas pessoas que comem com eles têm o mesmo sentimento com relação aos problemas que se vivem aqui. O sofrimento é de nós todos!”¹⁹

As entrevistas e discussões em grupos focais levadas a cabo no âmbito desta pesquisa mostram que, além da ineficiência na provisão de serviços, à semelhança do que acontece em Manjacaze e Murrupula, o acesso a recursos constitui um outro elemento importante que afecta os números da abstenção. Com efeito, a decisão em participar em eleições e, particularmente, em apoiar um candidato ou partido político é, de alguma forma, condicionada pelos eventuais ganhos ou benefícios em termos de acesso a recursos, tal como sugere o extracto a seguir de um habitante do Posto Administrativo de Nhangau:

“Estamos mais chateados porque no tempo de campanha (nas eleições de 2014) apoiámos a candidatura de Daviz Simango e durante a campanha sofremos. Meu amigo sofreu no pé e eu também sofri e por isso fiquei alguns meses parado sem trabalhar. Isso aconteceu assim: no primeiro dia da campanha, depois das zero (horas), começou aquele movimento e um dos membros da Frelimo, que tinha numa mota, veio e atropelou um de nós que estávamos a apoiar o MDM. E o nosso companheiro partiu as pernas. A pessoa ficou cerca de quatro meses sem andar. Então, o caso foi levado ao tribunal, mas até agora ainda não há resposta. Ele foi até lá e disseram-lhe espera, espera. Até hoje... Eu acho que sofremos em vão. Não tivemos nenhum ganho. Apoiámos de graça o MDM. Nem pelo menos dizerem: ‘fiquem com esse trabalho ou vão varrendo as ruas’. Então, aqueles que estavam bem foram esses que conseguiram emprego, mas nós ainda estamos a sofrer.”²⁰

Um dos recursos, cujo acesso é com frequência referido como constituindo um dos elementos importantes na atitude em relação ao voto, é o fundo para a redução da pobreza urbana. É o que vamos ver na secção a seguir.

¹⁹ G.J., interveniente no grupo focal de homens, Nhangoma, 3 de Agosto de 2015.

²⁰ A.C., interveniente no grupo focal de homens, Njalane, 6 de Agosto de 2015.

SECÇÃO 5

Recursos, exclusão e abstenção eleitoral

Uma expressão comum entre os jovens das camadas desfavorecidas: “Beira andikhonda” (A Beira rejeitou-me)

O sentimento de exclusão social, cristalizado sobretudo pela dificuldade de acesso aos fundos do Plano Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU), o equivalente do Fundo de Desenvolvimento Distrital, vulgarmente conhecido como “7 Milhões”, é reforçado pela ideia segundo a qual as oportunidades são condicionadas pelo sistema clientelista que preside à alocação do dinheiro e opera como um factor desmotivador da participação no voto.

Aprovado no âmbito do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU), na sequência das revoltas urbanas de 2008 e 2010 (Brito et al., 2015), o PERPU possui uma filosofia de funcionamento semelhante à do Fundo de Desenvolvimento Distrital - FDD (Orre & Forquilha, 2012). Aliás, é interessante verificar que o PERPU é conhecido vulgarmente pela designação de “7 Milhões”, nome pelo qual o FDD ficou conhecido. Neste contexto, o dinheiro é colocado à disposição dos municípios e estes fazem a gestão de acordo com as orientações consubstanciadas em dois vectores, nomeadamente geração de emprego e protecção social (Conselho de Ministros, 2010). Embora a gestão do PERPU seja feita com base em orientações aprovadas pelo Conselho de Ministros, na prática, o que se verifica, é que existe muito pouca informação por parte dos cidadãos sobre os mecanismos de acesso ao fundo, facto que alimenta práticas de favoritismo, nepotismo e clientelismo na sua gestão, tal como sugere o extracto a seguir:

“Falando do fundo (fundo para redução da pobreza urbana), eu queria saber se esse fundo realmente existe, ou só existem números. Porque poderia até se fazer um estudo nas comunidades para ver quantos jovens já receberam esse fundo. Se realmente o fundo existe, então só vem beneficiar aqueles que já têm. Se é fundo de pobreza urbana, se é para beneficiar aqueles que são carenciados, então o fundo deve ser para beneficiar os carenciados. O que nós estamos a ver é que esse fundo nunca chegou àqueles que são carenciados. O fundo somente beneficia aqueles que já têm. Por isso é que eu penso que esse fundo deveria ter outro nome e não esse nome de ‘fundo para a redução da pobreza urbana’. Nós só ouvimos dizer que existe um fundo, existe um fundo ... mas nunca temos esse fundo. Eu já fiz um projecto. Até que já foram à minha casa aqueles do conselho consultivo. Fizeram algumas perguntas e foram-se embora. Diziam que iam me ligar, mas até hoje nunca mais me ligaram. Eu não sei se aprovaram ou não o projecto. Esse fundo para mim não é uma realidade, não existe. Se existe é só para os chefes.”²¹

À semelhança do que acontece com o FDD a nível dos distritos, é interessante verificar como o fundo para a redução da pobreza urbana joga um papel importante na construção e reforço de lealdades políticas, facto que alimenta as clivagens partidárias existentes e reforça o sentimento de exclusão nos grupos que dificilmente têm acesso ao fundo. Isso acaba condicionando a atitude desses grupos relativamente à política e ao voto. Numa das discussões em grupos focais, um dos participantes colocou o assunto nos seguintes termos:

“Eu já ouvi falar desse dinheiro, mas esse processo não está a ser justo. Eu não sei se dentro do processo de gestão desse dinheiro existem lá pessoas da sociedade civil. Esse processo não está bom mesmo. Por exemplo, eu conheço algumas pessoas que conseguiram ter aquele dinheiro, mas tiveram que pagar comissões. Isso funciona assim: se eu quero levar 100 mil meticais, eu tenho que pagar àquela pessoa que vai apadrinhar aquele meu projecto porque se eu mandar só o meu projecto, o meu projecto não vai ser aprovado. Há um membro da nossa organização que submeteu lá o seu projecto não sei há quanto tempo, mas não consegue. Até ele veio dizer-me: ‘mano, lá o que está a girar são comissões’. Há pessoas que conseguiram ter aquele dinheiro. Mas essas pessoas tiveram que pagar comissões. E por causa dessas comissões, está a ser difícil devolver (reembolsar), porque... imagina, você pede 100 mil meticais e paga 20 mil de comissão. Aí você fica com 80 mil meticais. Mas se o seu projecto era para ser implementado com 100 mil meticais e você recebe só 80 mil meticais, significa que você não vai poder implementar o projecto como você previa.

²¹ Q.R., interveniente no grupo focal de homens e mulheres, Munhava, 6 de Agosto de 2015.

E por isso não vai conseguir devolver o dinheiro conforme o compromisso que se faz com o município. Eu acho que as pessoas que recebem aquele dinheiro são aquelas pessoas que já têm alguma coisa. São pessoas que não são necessitadas. Se aprovassem (o município) os projectos daqueles que não têm nada, pelo menos podia ajudar a essas pessoas. Eles (o município) estão a beneficiar um grupo de pessoas. Por exemplo, eu estava a trabalhar numa comunidade, que não vou mencionar o nome. Nessa comunidade, esse fundo foi para o chefe do bairro, que tem ligação com o partido no município (MDM). Eu vivi essa situação! Nós até perguntámos: se nós quisermos também pedir esse dinheiro, o que é necessário fazer? Ele disse: 'hey, não é fácil...' E nós entendemos logo quando ele disse 'não é fácil'. Isso significa que há certas regras que temos que seguir e nós não conhecemos essas regras. E acabámos não concorrendo para esse dinheiro, porque sabemos que não temos chances de conseguir ganhar o dinheiro. Isso está a acontecer mesmo aqui no município da Beira. Eu acho que tem que se arranjar outras maneiras de gerir esse dinheiro, porque esse dinheiro não está a ir para aquelas pessoas que precisam. Aquele dinheiro está a ir para aquelas pessoas que têm.”²²

Neste contexto, a dificuldade de acesso ao fundo para a redução da pobreza urbana é percebida como estando associada à distância simbólica em relação às estruturas municipais e do partido no poder a nível municipal, neste caso o MDM. Na percepção dos entrevistados e participantes nas discussões em grupos focais, quanto mais próximo das estruturas municipais, ou do partido que gere o município, maiores são as possibilidades de acesso aos recursos. Facto interessante é que se trata de lógicas e percepções semelhantes àsquelas que encontramos a nível dos distritos de Murrupula e Manjacaze (Chaimite & Forquilha, 2015a, 2015b), que, diferentemente da Beira, são geridos pela Frelimo. As dificuldades de acesso ao fundo para a redução da pobreza urbana, à semelhança do FDD nos distritos, geram assim um sentimento de exclusão. Um dos participantes num dos grupos focais comentou:

“Os políticos sempre dizem que ‘nós queremos tirar os jovens da pobreza’, mas se formos a ver na realidade, os jovens estão mais excluídos em relação aos mais velhos. Muitos partidos só falam da juventude, mas nada fazem para a juventude. Contam-se os jovens que estão num patamar muito elevado. Por exemplo, esta manhã vi na televisão no programa “Bom dia Moçambique” que em Sofala, das pessoas que receberam esse dinheiro (fundo para a redução da pobreza urbana), apenas 10% é que conseguiram pagar os valores e 90% das pessoas ainda não conseguiram pagar. Todos os fundos estão a ser mal geridos, estão a ser geridos com base em critérios tribal e partidário porque... A camada jovem está aqui, a juventude é a camada mais vulnerável, será que eles (o município) não conseguem ver que os jovens não têm acesso a esse dinheiro? Há dias, ouvi que estavam a recolher os nomes dos secretários do partido para terem esse dinheiro. Então, se é assim, esse fundo não está sendo direccionado para a comunidade carenciada. Existem pessoas que já têm e estão a receber esse dinheiro só para aumentar o que já têm.”²³

Em alguns locais da Beira, como por exemplo nos postos administrativos de Nhangau, Munhava e Inhamizua, esse sentimento de exclusão referido no extracto acima, relativamente ao acesso ao fundo para a redução da pobreza urbana, está patente numa expressão muito conhecida e usada localmente: “Beira andikhonda”, que na língua local (Ci-sena) significa literalmente “a Beira rejeitou-me”. Carregada de muito significado, a expressão “Beira andikhonda” é usada sobretudo por grupos socialmente mais desfavorecidos em termos de acesso aos recursos e que têm um discurso mais crítico em relação à

²² T.L., interveniente no grupo focal de homens e mulheres, Munhava, 6 de Agosto de 2015.

²³ B. R., interveniente no grupo focal de homens e mulheres, Munhava, 6 de Agosto de 20215.

5

governança em geral e, de uma maneira particular, aos mecanismos de gestão do fundo para a redução da pobreza urbana. Esses grupos são constituídos, por um lado, por jovens com alguma instrução escolar, residentes nos bairros periféricos da cidade, tais como Munhava, Manga, Inhamizua, etc., com problemas sérios de desemprego e, por outro lado, por camponeses e pescadores que residem em zonas mais afastadas do centro urbano, como por exemplo nos bairros do posto administrativo de Nhangau, onde as dificuldades de acesso aos recursos se associam àquelas de acesso aos serviços básicos e informam a atitude em relação à política e ao voto. Aliás, os resultados do inquérito administrado na Beira, no âmbito desta pesquisa mostram que as maiores taxas de abstenção se verificam sobretudo entre os jovens e os camponeses (Brito, 2016, pp.10-14).

Conclusão

Com base em entrevistas semi-estruturadas e discussões em grupos focais e, na medida do possível, usando a informação produzida pelo inquérito administrado no âmbito do mesmo projecto de investigação, este relatório procurou analisar as dinâmicas da abstenção eleitoral na Beira partindo de dois factores importantes: a) as clivagens político-partidárias e b) as percepções que os eleitores têm no tocante às relações com o Estado (autoridades municipais/distritais), cristalizadas no acesso aos serviços básicos e aos recursos, particularmente o fundo para a redução da pobreza urbana.

A discussão desenvolvida ao longo deste relatório mostra que, por um lado, as clivagens partidárias, mais visíveis e mobilizadas particularmente em períodos eleitorais, e, por outro lado, a percepção que se tem das relações com o Estado constituem factores importantes, que informam a atitude dos eleitores em relação à política em geral e ao voto de uma maneira particular.

As entrevistas e discussões em grupos focais realizadas no âmbito desta pesquisa mostram que os problemas de recenseamento na Beira, nomeadamente avarias constantes das máquinas em determinados bairros, dificuldades de se recensear por parte de potenciais eleitores cristalizam e exacerbam as clivagens partidárias, facto que aumenta o potencial de violência eleitoral. Isso, por sua vez, cria um ambiente de medo, que, em certas zonas onde os efeitos das clivagens se fazem sentir com maior intensidade, contribui para que alguns eleitores não compareçam às urnas.

À semelhança do que acontece em outros contextos, na Beira, o custo do voto é também calculado pelos eleitores, em função, entre outros aspectos, da sua facilidade/dificuldade de acesso aos serviços básicos e aos recursos, elementos que tornam visível a relação com as autoridades municipais/distritais (Estado). Neste contexto, o difícil acesso aos serviços básicos e ao fundo para a redução da pobreza urbana contribui para reforçar nos eleitores o sentimento de autoridades municipais/distritais distantes do seu dia-a-dia, facto que joga um papel importante no juízo que fazem e na atitude que tomam relativamente à política em geral e, de uma maneira particular, ao voto – a abstenção. As entrevistas e discussões em grupos focais efectuadas nesta pesquisa corroboram os dados da pesquisa quantitativa, que mostram que os grupos socialmente mais desfavorecidos, isto é, aqueles que têm maiores dificuldades de acesso aos serviços e recursos, neste caso jovens e camponeses, são os que mais deixam de comparecer às urnas e, por via disso, aumentam os números da abstenção.

Referências

- Barreto, Á.A. de B. (2008) O Eleitor Ausente. O não Comparecimento às Urnas na Discussão das Ciências Sociais. *Civitas*. 8 (Maio-Ago), 187–206.
- Bekoe, D. (ed.) (2012) *Voting in Fear. Electoral Violence in Sub-Saharan Africa*. Washington, D.C., United States Institute of Peace Press.
- Braconnier, C. & Dormagen, J.-Y. (2007) *La Démocratie de l'Abstention. Aux origine de la démobilisation électorale en milieu populaire*. Paris, Gallimard.
- Brito, L. (2016) 2014 - *Um Inquerito sobre a Abstenção*. Relatório de Investigação nº 5. Maputo, IESE.
- Brito, L., et al. (2015) *Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008 - 2012)*. Maputo, IESE.
- Carbone, G. (2011) Do new Democracies Deliver Social Welfare? Political Regimes and Health Policy in Ghana and Cameroon. *Democratization*. 19 (2, April), 157–183.
- Chaimite, E. (2010) *Descentralização e Competição Política. A Questão de Delimitação do Município da Beira*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane (tese de licenciatura).
- Chaimite, E. & Forquilha, S. (2015a) *Afinal Nem Todos Votam em Manjacaze!* Relatório de Investigação nº 3. Maputo, IESE.
- Chaimite, E. & Forquilha, S. (2015b) *Murrupula: Um Distrito Abstencionista*. Relatório de Investigação nº 2. Maputo, IESE.
- Conselho de Ministros (2010) *Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana: 2011 - 2014*. Maputo, República de Moçambique.
- Dahl, R. (1971) *Polyarchy. Participation and Opposition*. New Haven & London, Yale University Press.
- Dahrendorf, R. (1967) *Class and Class Conflicts in Industrial Society*. Stanford, Stanford University Press.
- Darch, C. & Hedges, D. (2007) *Political Rhetoric in the Transition to Mozambican Independence: Samora Machel in Beira*, June 1975.
- Darch, C. & Hedges, D. (2013) *Political Rhetoric in the Transition to Mozambican Independence: Samora Machel in Beira*, June 1975. *Kronos*. 39 (1), 32–65.
- Dogan, M. (1967) Political Cleavage and Social Stratification in France and Italy. In: *Party Systems and Voter Alignments*. New York, Free press. pp. 129–197.
- Franklin N.M. (2003) Os Enigmas da Participação Eleitoral. *Análise Social*. XXXVIII (167), 321–338.
- INE (2013) *Estatísticas do Distrito da Cidade da Beira*. Maputo, Instituto Nacional de Estatística.
- Jackman, R. (1987) Political institutions and voter turnout in the industrial democracies. *American Political Science Review*. 81 (2), 405–424.
- Lake, D.A. & Baum, M. (2001) The Invisible Hand of Democracy: Political Control and the Provision of Public Services. *Comparative Political Studies*. 34 (6), 587–621.
- Lei 8/2014 de 12 de Março. Boletim da República.
- Lijphart, A. (1997) Unequal participation: Democracy's unresolved dilemma. *American Political Science Review*. 91 (1), 1–14.
- Lipset, S.M. & Rokkan, S. (1967) Cleavage Structures, Party Systems and Voter Alignments. In: *Party Systems and Voter Alignments*. New York, Free press. pp. 1–64.
- Marx, K. (1964) *Class Struggles in France*. New York, International Press.

- Orre, A. & Forquilha, S. (2012) Uma Iniciativa Condenada ao Sucesso. O Fundo Distrital dos 7 Milhões e suas Consequências para a Governação em Moçambique. In: *Moçambique: Descentralizar o Centralismo. Economia Política, Recursos e Resultados*. Maputo, IESE. pp. 168–196.
- Powell, G.B., Jr. (1986) American voter turnout in comparative perspective. *American Political Science Review*. 80 (1), 17–43.
- Sartori, G. (1994) *A Teoria da Democracia Revisitada. As Questões Clássicas*. São Paulo, Editora Ática.
- Sinnott, R. (2003) *Electoral Participation/Abstention: a Framework for research and Policy-Development*. Dublin, University College Dublin.
- Straus, S. & Taylor, C. (2012) Democratization and Electoral Violence in Sub-Saharan Africa, 1990 - 2008. In: *Voting in Fear. Electoral Violence in Sub-Saharan Africa*. Washington, D.C., United States Institute of Peace Press.
- Zuckerman, A. (1975) Political Cleavage: A Conceptual and Theoretical Analysis. *British Journal of Political Science*. 5 (2), 231–248.

ANEXO 1

Lista de Grupos Focais

Composição	Local	Data
Homens e mulheres (abstencionistas e não abstencionistas)	Munhava	6/8/2015
Homens jovens. (abstencionistas e não abstencionistas)	Njalane	6/8/2015
Homens (líderes e MMVs)	Njalane	30/7/2015
Homens (abstencionistas e não abstencionistas)	Nhangoma	3/8/2015
Homens e mulheres (abstencionistas e não abstencionistas)	Chipangara	5/8/2015
Homens e mulheres jovens (abstencionistas e não abstencionistas)	Bairro da Chamba	10/8/2015
Homens e mulheres (abstencionistas e não abstencionistas)	Njalane	2/8/2015
Homens não abstencionistas	Nhangoma	31/7/2015
Homens e mulheres (abstencionistas e não abstencionistas)	Tchonja	2/8/2015

ANEXO 2

Lista de Entrevistas

Composição	Local	Data
C.A	Manga	1/8/2015
N.D	Munhava	1/8/2015
F.A	Munhava	7/8/2015
Zebedias Dique	Munhava	7/8/2015
G.B	Pioneiros	4/8/2015
Mário Fernando	Munhava	7/8/2015
J.H	Munhava	7/8/2015
P.A	Munhava	4/8/2015
P.A	Munhava	4/8/2015
Tomás Nota João	Tchondja	5/8/2015

ANEXO 3

Fichas de Registo Diário de Actualização do Recenseamento Eleitoral



MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MOÇAMBIQUE
M. D. M
GABINETE ELEITORAL

O REGISTO DIÁRIO DO PROCESSO DE ACTUALIZAÇÃO DO RECENSEAMENTO ELEITORAL
MDELO N° 001

NOME da BRIGADA Nhangoma POSTO N° 020055

13 DE FEVEREIRO A 29 DE ABRIL/2014

1ª SEMANA					
DATA	NOVAS INSCRIÇÕES	RETIRAS	TRANSFERÊNCIAS	TOTAL	N° CADERNO
15-02-014aa	0	0	0	0	0702501
16-02-014ab	0	0	0	0	
17-02-014ag	0	0	0	0	
18-02-014ah	0	0	0	0	
19-02-014ai	0	0	0	0	
20-02-014aj	0	0	0	0	
21-02-014ak	0	0	0	0	
Sub Total	0	0	0	0	
2ª SEMANA					
22-02-014al	0	0	0	0	
23-02-014am	0	0	0	0	
24-02-014an	0	0	0	0	
25-02-014ao	0	0	0	0	
26-02-014ap	0	0	0	0	
27-02-014aq	0	0	0	0	
28-02-014ar	0	0	0	0	
Sub Total	0	0	0	0	
3ª SEMANA					
01-03-014as	0	0	0	0	
02-03-014at	0	0	0	0	
03-03-014au	0	0	0	0	
04-03-014av	0	0	0	0	
05-03-014aw	0	0	0	0	
06-03-014ax	0	0	0	0	
07-03-014ay	0	0	0	0	
Sub Total	0	0	0	0	

4 th SEMANA				
08/03/014a				
09/03/014b	o	o	o	o
10/03/014g	o	o	o	o
11/03/014e	o	o	o	o
12/03/014q	o	o	o	o
13/03/014j	o	o	o	o
14/03/014s	o	o	o	o
Sub Total				

5 th SEMANA				
15/03/014a				
16/03/014b	o	o	o	o
17/03/014g	o	o	o	o
18/03/014e	o	o	o	o
19/03/014q	o	o	o	o
20/03/014j	o	o	o	o
21/03/014s	o	o	o	o
Sub Total				

6 th SEMANA				
22/03/014a				
23/03/014b	o	o	o	o
24/03/014g	o	o	o	o
25/03/014e	o	o	o	o
26/03/014q	o	o	o	o
27/03/014j	o	o	o	o
28/03/014s	o	o	o	o
Sub Total				

7 th SEMANA				
29/03/014a				
30/03/014b	o	o	o	o
31/03/014g	o	o	o	o
01/04/014e	o	o	o	o
02/04/014q	o	o	o	o
03/04/014j	o	o	o	o
04/04/014s	o	o	o	o
SOMA				
GERAL				

PSEMANA				
05/04/014sa				
06/04/014sb				
07/04/014sg				
08/04/014se	0000000	0000000	0000000	0000000
09/04/014q*				
10/04/014qj				
11/04/014sx				
SOMA GERAL				0

PSEMANA				
12/04/014sa				
13/04/014sb				
14/04/014sg				
15/04/014se	0000000	0000000	0000000	0000000
16/04/014q*			10000	10000
17/04/014qj			10000	10000
18/04/014sx				
SOMA GERAL				25

PSEMANA				
19/04/014sa				
20/04/014sb				
20/04/014sg				
21/04/014se	1	1	0	2
22/04/014q*				
23/04/014qj		5	0	5
24/04/014sx	1	1	1	3
SOMA GERAL				39

PSEMANA				
25/04/014sa				
26/04/014sb				
27/04/014sg				
28/04/014se	0000000	1000000	1000000	2000000
29/04/014q*				
SOMA GERAL				52

Instituto de Estudos Sociais e Económicos
Av. Tomás Nduda 1375
Maputo, Moçambique

www.iese.ac.mz